

O Movimento feminista e a Luta das mulheres

Graciela Rodriguez¹

O momento conflitivo e em vários sentidos assustador que vive o mundo contemporâneo ameaçado em sua sustentabilidade, nos desafia a pensar o papel dos movimentos sociais, principais sujeitos históricos dos câmbios nas sociedades. Sabemos pela experiência histórica que é somente a partir da constituição de atores sociais coletivos que a humanidade tem logrado câmbios amplos e profundos das sociedades. Temos visto inclusive alguns grupos e setores sociais que agiram de forma progressiva num momento histórico, podem vir a jogar um papel conservador num momento ou etapa posterior.

Assim, nos debruçar sobre o papel dos movimentos sociais resulta prioritário num momento como o atual que tem sido caracterizado como de profunda crise civilizatória. De fato, a crise econômico-financeira que eclodiu em 2008 veio explicitar outras dimensões – social, ambiental, política, etc. - que compõem uma profunda crise do sistema globalmente hegemônico.

A crise alimentar, climática, energética e de paradigma científico tecnológico, somadas ao enorme número de situações de guerra e conflito distribuídos pela superfície do planeta, como também ao crescente envenenamento e destruição dos recursos naturais e do habitat humano, criam um panorama desalentador que alguns estão chamando de “mal-estar da civilização”.

Neste sentido, pensar sobre o papel que estão desenvolvendo atualmente os movimentos sociais, pode nos auxiliar e dar pistas fundamentais sobre as possibilidades de mudanças necessárias, expressas no amplamente conhecido e divulgado slogan do Fórum Social Mundial, “outro mundo é possível e necessário”

Dentre os movimentos sociais que tem jogado papel fundamental especialmente na última metade do século passado se encontra o movimento feminista, que em pouco mais de 30 anos provocou uma reviravolta cultural, econômica e social em grande parte do mundo pela entrada maciça das mulheres no âmbito público e no mercado de trabalho de forma geral. O crescimento das reflexões e lutas do movimento de mulheres tem mudado profundamente as sociedades e sua importância e inegável, apesar das diversas expressões ainda vigentes do patriarcalismo em nossas sociedades.

Ainda que não aprofundaremos aqui a seguinte perspectiva, é necessário mencionar que este movimento se desenvolveu de forma simultânea e em certo sentido abrindo a entrada a outros movimentos sociais, que se somaram na lógica da diversidade e da pluralidade que o movimento feminista promoveu. Os movimentos negros e da diversidade sexual foram multiplicados na onda crescente de defesa da diversidade que começou a levantar o movimento feminista nas décadas de 50 e 60 do século passado. E este reforçamento mútuo foi de extrema importância para o avanço das lutas sociais a partir do pós guerra mundial.

¹ Socióloga e feminista. Coordenadora do Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global e da IGTN – International Gender and Trade Network.

De outro lado, convém também marcar que junto com estes movimentos de defesa dos direitos individuais, surgiu muito pouco depois, o movimento ecologista ou ambientalista, que também teve uma importância crescente e que trará uma visão complementar e crucial, signado pela perspectiva dos direitos coletivos. Incorporando a lógica de questionamento a relação de dominação do homem sobre a natureza, contribuirá posteriormente a dar força as lutas dos povos indígenas, das populações tradicionais e aos movimentos de expressão local, somando mais uma perspectiva crítica ao sistema capitalista hegemônico.

No marco das lutas mais tradicionais dos trabalhadores assalariados na perspectiva histórica vinda do século XIX, estes novos movimentos sociais que foram surgindo a partir da década de 40-50 nos países centrais, se somaram e engajaram as lutas de classe, porém abrindo novas perspectivas e colocando prioridades e desafios diferentes, que valha a pena o registro, tiveram muita dificuldade de incorporação nos âmbitos sindicais e de esquerda clássicos.

Seria extremamente importante refletir sobre estes movimentos de forma conjunta e integrada, exercício que dificilmente se faz, mas que atualmente cobra fundamental importância, uma vez que as lutas tem se imbricado de forma explícita e contundente, numa realidade onde as dicotomias e separações estão visivelmente perimidas. Entretanto, não será o exercício que faremos aqui, porém sim consideramos que se deve sinalizar a enorme importância desse processo de surgimento quase simultâneo e de potencialização mútua de movimentos tão diversos entre si, mas tão conjugados na realidade.

Falando do movimento de mulheres.

Trataremos agora de centrar um pouco mais a análise sobre a atuação do movimento de mulheres, ainda que sem nenhuma pretensão de sermos exaustivas, mas somente buscando visibilizar parcialmente alguns elementos que tem permitido ao movimento de mulheres ampliar recentemente sua luta no seio da sociedade em diversos países do mundo, a partir de algumas novas argumentações. Já de por si seria um debate enorme analisar de que maneira o movimento feminista ocidental tem influenciado sobre as mulheres e as sociedades no mundo globalizado, deixando sua marca e modificando culturalmente a vida de diversas sociedades. Não temos essa perspectiva aqui, mas sim contribuir a colocar alguns aspectos que por ser estruturantes do sistema capitalista hegemônico, como é a opressão às mulheres, são parte do arcabouço ideológico que o mesmo carrega a onde se estende buscando reproduzir seus mecanismos.

Podemos dizer que desde as últimas décadas do século passado e do início do presente as lutas das mulheres continuam sendo em sua essência muito semelhantes às lutas empreendidas pelas mulheres nos anos 50, baseadas fundamentalmente nas ideias desenvolvidas pelas teóricas do moderno feminismo e implementadas pelos movimentos triunfantes surgidos nas décadas de 50 – 60 especialmente nos países desenvolvidos, em torno da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e da autonomia das mulheres. Essas ideias fundantes do feminismo têm realmente norteado um amplo leque de reivindicações e lutas que os movimentos de mulheres promoveram e protagonizaram nas últimas décadas.

Entretanto, a partir dos anos 90, algumas importantes reflexões aportadas pela chamada economia feminista trouxeram inovações substantivas que vem nos oferecendo um enorme acúmulo de argumentos para entender melhor os motivos das desigualdades entre homens e mulheres, facilitando assim qualificar melhor as lutas feministas.

As contribuições da economia feminista

É assim que alguns dos princípios enunciados pela economia feminista, especialmente dois deles, referidos 1 - ao valor econômico do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e 2 - a não neutralidade de gênero das políticas macroeconômicas, têm tido particular importância para o melhor entendimento das bases da discriminação da mulher nas sociedades capitalistas patriarcais, e em consequência, dos caminhos a trilhar nas lutas sociais pela igualdade de gênero.

De fato, o trabalho invisível e naturalizado que realizam fundamentalmente as mulheres nos espaços domésticos, justamente por não passar pelo âmbito público do “mercado” - que outorga valor ao trabalho humano a través da remuneração ou salário - é desvalorizado e se transforma na base econômica das desigualdades de gênero. A gratuidade de tal trabalho doméstico e sua naturalização como responsabilidade das mulheres será assim causa e consequência da divisão sexual do trabalho e da diversificação dos papéis sociais de gênero.

Será justamente esta naturalização social da responsabilidade desigual entre os gêneros que vai condicionar diversos aspectos da vida das mulheres, tais como o ócio, o acesso ao espaço público e em particular sua inserção no mercado do trabalho. Assim, veremos como as mulheres ingressarão nas profissões mais próximas ao trabalho doméstico e com menor remuneração, como empregadas domésticas, babás, cuidadoras de idosos, secretarias, enfermeiras, etc. ou em empregos de tempo parcial que permitem a combinação do trabalho remunerado como o cumprimento das funções não remuneradas dentro dos seus lares. Podemos então afirmar que a divisão sexual do trabalho vai condicionar a posição socialmente subordinada das mulheres e incidir fortemente na forma de sua inserção no mundo do trabalho.

De outra parte, as análises produzidas pela economia feminista também tem permitido visibilizar de que forma esse trabalho doméstico produz uma enorme riqueza, necessária para a reprodução da vida, e que tem sido praticamente desconsiderada pela análise econômica tradicional e hegemônica.

Tarefas tais como a preparação dos alimentos, o cuidado de crianças e idosos, a limpeza da moradia e a higiene familiar, o ensinamento das crianças a falar e a interagir socialmente, etc. são tarefas imprescindíveis à vida e socialização dos seres humanos e elas não seriam possíveis sem todo esse esforço naturalizado e destinado a ser responsabilidade fundamental das mulheres.

Deste modo, a análise que nos proporcionara nas últimas décadas a economia feminista², com o aprofundamento teórico sobre as bases econômicas das desigualdades de gênero, têm nos permitido nos últimos anos abrir o leque de argumentos e aprofundar a luta pela valorização do trabalho

² Carrasco, Cristina. “La economía feminista: una apuesta por otra economía”. 2002. España. Mimeo.

reprodutivo ou dos cuidados, a necessidade de sua divisão entre homens e mulheres e a avançarmos nas lutas pela qualificação do trabalho feminino e sua equiparação salarial.

Ainda que não se busque a mercantilização do trabalho doméstico, a visibilização do seu valor e o reconhecimento de sua importância e necessidade social - que precisa de uma divisão equitativa entre homens e mulheres - é condição fundamental para a construção de sociedades mais democráticas, justas e equitativas.

2 - O segundo aspecto mencionado como fundamental e aportado pela economia feminista – a não neutralidade de gênero das políticas macroeconômicas – têm nos permitido uma leitura mais integral e ao mesmo tempo detalhada da globalização e da acumulação de capital nas sociedades mercantis.

De fato, as desigualdades de gênero, que são desigualdades de poder, se expressam tanto no âmbito doméstico como vimos, mas também no “mercado” e no Estado e nas instituições de ambos, que como a economia feminista comprova, assumem e reforçam a divisão e hierarquização dos papéis de gênero.

Vários autores tem já reconhecido que a forma desigual e subordinada em que as mulheres se incorporam ao mercado de trabalho tem sido um pilar fundamental da produção globalizada. Inclusive, algumas autoras, entre elas Joeques, afirmam de uma maneira muito contundente que “Na época contemporânea, não se registraram grandes performances de exportação em países em desenvolvimento que não estejam vinculadas ao trabalho das mulheres”³.

Resulta assim cada dia mais evidente a contribuição do trabalho feminino mais barato a produção de mercado globalizada e de alguma forma sua participação determinante para os investimentos de capital em muitos países do Sul global, que tem oferecido a mão de obra barata das mulheres como uma de suas vantagens comparativas para atrair investimentos⁴.

De fato, também é possível analisar de que maneiras a incorporação massiva de mulheres aos mercados de trabalho em algumas regiões tem tido impactos nos valores salariais, deprimindo inclusive a taxa salarial da região ou país, influenciando dessa forma sobre o próprio deterioro dos salários masculinos e do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras.⁵

Um capítulo aparte mereceria atenção para as análises feministas dos processos de flexibilização laboral e de liberalização comercial e dos investimentos e seus impactos na incorporação dos movimentos de mulheres as lutas contra a hegemonia neo-liberal em suas diversas frentes.

Também e ao mesmo tempo, os estudos sobre os impactos das políticas públicas implementadas por alguns Estados que em ocasiões também tem aproveitado as desigualdades de gênero, quando não

³ Joeques, S. “Trade Related Employment for Women in Industry and services in Developing Countries”. UNSRID. 1991.

⁴ Bidegain Ponte, Nicole. “Comércio e Desenvolvimento na América Latina: a ordem dos fatores altera o produto” CIEDUR – IGTN. Montevideu – Uruguai. 2009.

⁵ Rodriguez, Graciela – A autonomia econômica das Mulheres. Publicado pelo Observatório de Gênero para Conferencia Regional CEPAL. Secretaria de Política para as Mulheres. Brasília. 2010.

contribuído inclusive a aprofundá-las como de fato o mercado e as empresas frequentemente fazem, são uma contribuição da economia feminista a pensar criticamente os programas e políticas implementadas por governos e pelas instituições financeiras internacionais.

Nos últimos anos temos visto com frequência como as políticas públicas, e em particular as políticas sociais implementadas com apoio do BM e até na nossa região pelos governos chamados progressistas, em particular os programas de transferência de renda, tem se baseado no papel tradicional de cuidadoras das mulheres. Tais programas, a pesar de sua eficiência em termos distributivos e de diminuição das desigualdades sociais, ao mesmo tempo reforçam muitas vezes a divisão sexual do trabalho e inclusive em diversas ocasiões chegam a desestimular a participação das mulheres no mercado de trabalho, porque elas são mais eficientes no âmbito doméstico para multiplicar com seu trabalho gratuito os recursos escassos desses programas.

Queremos assim com estes breves exemplos e menções dar visibilidade as argumentações que a economia feminista tem nos aportado no sentido de mostrar as conexões entre as políticas macroeconômicas e suas consequências para a vida cotidiana das mulheres e o aproveitamento das desigualdades de gênero e de raça/etnia.

Todas estas considerações e análises tem nos permitido realizar uma critica a fundo das políticas de combate à pobreza e elaborar uma critica feminista ao modelo de desenvolvimento, que sem a incorporação de direitos iguais para as mulheres, e em particular para as mulheres negras e indígenas, não é nem poderá ser sustentável.

Este segundo aspecto relevante incorporado pela economia feminista tem nos permitido entender e aprofundar as lutas globais contra a exploração capitalista da força de trabalho feminina em suas formas transnacionais e nacionais entendendo, por exemplo, seu papel para rebaixar os salários de homens e mulheres, ou compreender a formação das cadeias globais de mulheres migrantes para os serviços do cuidado, ou até para entender o papel das mulheres na manutenção da agricultura familiar como pilar da soberania alimentar, entre outros exemplos relevantes, e ao mesmo tempo relacionar tais aspectos com o papel do Estado e suas conexões com a acumulação capitalista.

A teoria econômica feminista tem assim incorporado análises profundos e eloquentes, que mostram a falta de neutralidade em termos de gênero e raça do “mercado” e do Estado, e com isto tem contribuído na compreensão das lutas globais das mulheres e iluminado o caminho de enfrentamento as políticas publicas privatizantes, sexistas e racistas.

O entendimento que vem das lutas:

Também nas ultimas décadas a partir das inúmeras lutas travadas contra o Estado mínimo e contra as políticas neoliberais de uma forma geral, temos aprendido a decifrar melhor os processos, para enfrentá-los com argumentações mais precisas e foco mais apurado.

Na década de 90 as lutas foram marcadas pelo enfrentamento ao Estado mínimo, contra as

privatizações, contra o livre comércio e suas expressões mais conhecidas, em especial a luta contra a ALCA, que marcou profundamente os primeiros anos da presente década na América Latina. Foi em particular essa luta contra a ALCA que iria contribuir para o surgimento de governos de novo tipo, que tinham como denominador comum, o afastamento das políticas preconizadas pelo FMI/BM – Banco Mundial e emanadas do chamado Consenso de Washington, que continha o receituário completo do modelo neoliberal.

E se bem o surgimento de tais governos chamados progressistas ou de cunho popular permitiu avanços importantes na recuperação do papel do Estado, especialmente como indutor de políticas sociais e distributivas, o avanço de políticas de crescimento sem mudanças estruturais no modelo produtivo com forte ênfase extrativista que estes governos fomentam até agora não modificou as formas tradicionais de acumulação capitalista na região, criando enfrentamentos e lutas novas. Do ponto de vista dos movimentos sociais, as lutas estão se territorializando, localizando seu foco nos âmbitos locais e assim se fragmentando ao enfrentar tais perspectivas ampliadas de acumulação do capital nos territórios, em particular pelas questões ambientais e pelas consequências da implementação de políticas de cunho desenvolvimentista e de financeirização da economia com impactos na economia real.

Enquanto se vivia um momento de grandes mudanças geopolíticas globais, com o desmantelamento do poder unipolar vigente na década de 90 dando passo a um incipiente multilateralismo e ao surgimento dos chamados países emergentes, ao mesmo tempo, novas e agressivas formas da expansão do capital em um renovado processo que muitos autores chamam de re-colonização territorial e de acumulação por espoliação dos recursos naturais vai se ampliando no mundo todo.

As lutas sociais se assentaram nos territórios, onde foram se ampliando os projetos de mineração para exportação, onde se instalam os mega-projetos energéticos para produção de produtos eletro-intensivos como aço e alumínio – que os países do Norte não querem mais fabricar por ser contaminantes - onde avança o agronegócio através da produção de soja, eucalipto e gado colocando em risco a subsistência da agricultura camponesa e a soberania alimentar, onde se amplia o controle dos recursos hídricos, etc.

E as mulheres, pela ameaça à reprodução da vida que tais processos provocam, estão se colocando muitas vezes à frente destas lutas que ameaçam o cotidiano de sustento das famílias. Assim, acredito que a segunda década do século XXI está nos colocando um novo desafio que surge destes processos: como juntar as lutas feministas com as lutas ambientais, como alcançar o que estamos chamando de justiça sócio ambiental?

Acredito que repensar os conceitos e a relação entre Natureza – Cultura, binômio fundante do moderno pensamento feminista, torna-se agora fundamental. Uma aproximação ao entendimento da opressão que sofrem as mulheres e a “opressão” que sofre a natureza pela cultura antropocêntrica, ambas realizadas pela sociedade capitalista e patriarcal, pode nos oferecer pistas novas. O controle do corpo das mulheres e o controle da natureza tem uma semelhança que nos desafia a desvendá-la.

O eco-feminismo que rejeitamos 20 anos atrás por essencialista pode ser percebido agora com

dimensões superadoras de “dicotomias enganosas”, repensando e colocando em novas bases a própria relação Natureza – Cultura.

Diálogo necessário entre movimentos sociais.

O momento atual como colocado inicialmente, nos desafia a realizar mudanças profundas num sistema hegemônico que globalmente não tem contribuído a superar a pobreza e as desigualdades e pelo contrario tem aprofundado elas com uma assustadora concentração mundial da riqueza, ao mesmo tempo em que está contaminando e envenenando o planeta, destruindo os recursos naturais num ritmo que ameaça sua renovação e colaborando de forma evidente com o aquecimento global. Tudo isto sem buscar as verdadeiras causas de tais problemas mas apostando em falsas soluções de mercado, que já comprovadamente tem se mostrado insensível diante das injustiças sociais e a insustentabilidade do crescimento permanente.

Alguns marcos de análises novos e conceitos tais como o de justiça ambiental, “buen vivir”, economia do cuidado, consumo responsável e perspectivas como o de “decrecimento econômico” surgiram recentemente e estão indo além do conhecido e desacreditado conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Mas tais perspectivas nos colocam na necessidade urgente de atualizar interpretações de forma complexa e integrada. A necessidade do dialogo entre visões de mundo e perspectivas que carregam os diversos movimentos sociais está colocada de forma premente diante dos câmbios sociais imprescindíveis.

O pensamento dual ou dicotômico que separa Natureza e Cultura e a noção do progresso ilimitado que subjaz na ciência moderna, e que tem permitido o caminho trilhado como “desenvolvimento”, está sendo cada dia mais e mais questionado e não parece ser sustentável. As evidencias sobre os limites que esta impondo a Natureza aos desenfreados processos de crescimento e desenvolvimento econômico ficam cada dia mais evidentes através do fenômeno do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Assim o paradigma de uma “economia” de mercado calcada na noção de aproveitamento sem limites da natureza torna-se incompatível com o uso “verde” que significaria o aproveitamento sustentável e responsável dos recursos naturais. Por isto, a ideia de que a preservação da natureza não pode ser pensada do ponto de vista somente econômico ganha força diante da necessidade de preservação da vida que requer novas formas de relação do trabalho humano com a natureza, inclusive fora do mercado e até anti-econômicas quando for necessário.

Neste cenário global e futuro, somente as lutas dos movimentos sociais em articulação, que expressem a diversidade de perspectivas – feminista, ambientalista, de movimentos culturais, indígenas, povos tradicionais, etc - construindo visões que recoloquem a equidade entre homens e mulheres, raças e povos, junto com a centralidade dos bens comuns do planeta e a luta contra a mercantilização dos territórios e da vida, poderão conter a razão e a força necessárias para a realização das mudanças que a manutenção da vida como hoje a conhecemos exige.